

Um consolo para a oposição



Autor: Sérgio Peixoto Mendes

O fim da CPMF comprometerá serviços prestados à população mais pobre, este é o argumento central do Governo Federal para justificar a continuidade da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira. É um argumento verdadeiro, não há dúvidas, sem os quase 40 bilhões previsto para ser arrecadado em 2008 provavelmente será difícil manter os altos índices de popularidade do governo Lula junto a população brasileira menos favorecida. É aqui neste ponto que reside o problema central. A CPMF sustenta uma plataforma política assistencialista que pode garantir a permanência do atual Governo no poder por mais um mandato. É óbvio que a oposição não quer ceder, uma vez que uma nova chance de voltar a governar o país passa pelo enfraquecimento desse tipo de política do Governo Lula. Um dilema pois, rejeitando a prorrogação da CPMF, terá a oposição de justificar seu voto contrário a contribuição que permite – pelo menos no discurso – a distribuição mais equânime da riqueza.

O Governo apresenta alguns números referentes ao destino dos recursos: Saúde 52%, Previdência Social 26% e Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza 21%. Os números apresentados não deixam dúvidas, a arrecadação com a CPMF vai para o social. Entretanto, é importante salientar que o princípio de arrecadação da CPMF onera as demais classes (média baixa, média alta e rica) e isso tem justificado – até certo ponto – os argumentos oposicionistas. Mas, se a contribuição provisória não for prorrogada que nova contribuição sustentará a principal plataforma política do governo atual? É ingênuo pensar que a saúde, a previdência e a erradicação da pobreza venham, num futuro próximo, ficar sem o respaldo orçamentário. A lógica diz: se não for a CPMF será outro imposto, disto não temos dúvida. É ingenuo pensar que o social ficará sem os devidos recursos – apesar desta expectativa está sendo usada como argumento para forçar a oposição a votar a prorrogação.

A outra possibilidade é ainda mais caótica para o povo, ou seja, o governo optar pelo corte nos investimentos. Como se vê o balaio de gato está formado, por isso a aprovação se arrasta no Senado. O fato é que até mesmo aqueles que pretendem votar contra, no fundo, estão na dúvida. Afinal, como justificar um voto que pode representar cortes tão expressivos no quesito social? A situação é complicada, ou seja, quem optar pela não aprovação pode ganhar a simpatia das classes mais favorecidas, entretanto, pode ficar em maus lençóis para justificar sua atitude junto aos menos favorecidos. É um dilema de fato. Optar pela redução da desigualdade, no modelo de *Robin Hood*, tirando um pouco dos ricos e dando aos pobres – sem extorquir em demasia - ou fincar pé e esperar por uma outra solução milagrosa, eis a questão. O momento talvez exija que se pense de forma utilitária – como Jeremy Bentham - e faça-se o sacrifício de um pequeno interesse a um maior.

A matemática é clara, não temos como subtrair de onde nada se tem, a menos que se opte pelo saldo negativo. E há que se considerar outro argumento, igualmente forte ao primeiro apresentado pelo atual Governo no início deste artigo, a minimização da desigualdade não deve apenas ser uma ação do Governo e sim uma incumbência do Estado. Pronto! Tá aí um bom consolo para a oposição.

Sérgio Peixoto Mendes, é filósofo.

Contato: tell@philoterapia.com.br

